

em destaque:

PE aprova resolução sobre voos da CIA: Referência a Portugal retirada do documento

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou uma Resolução sobre o **"Uso de países europeus pela CIA para o transporte e detenção ilegal de prisioneiros"**.

O Deputado europeu do PSD, **Carlos Coelho**, que presidiu à Comissão Temporária que desenvolveu as investigações no Parlamento Europeu **absteve-se** na votação.

Carlos Coelho considera que por um lado **não poderia votar contra** um texto que **"recorda valores essenciais do respeito pelos Direitos Humanos, pelo Estado de Direito e pela procura da verdade"** mas por outro lado não podia votar favoravelmente um texto que pretende **"instrumentalizar o PE para lutas de política interna"** e que por outro aparece **"fora de tempo pois ainda decorrem diligências no Parlamento Europeu."**

Uma abordagem europeia para a política social

O PE reconhece que a economia social **"dispõe de um elevado potencial para gerar e manter empregos estáveis, devido principalmente à natureza não deslocalizável das suas actividades"**.

Os eurodeputados defendem que é **necessário reconhecer os estatutos europeus relativos às associações**, às sociedades mútuas e às fundações, **"a fim de garantir um tratamento igual para as empresas da economia social em conformidade com as regras do mercado interno"**.

PE aprova resolução que prevê sanções contra os empregadores de imigrantes ilegais

A nova directiva visa alcançar um nível mínimo de harmonização a nível europeu, exigindo aos Estados-Membros que proíbam o emprego ilegal, prevendo **sanções mínimas comuns**.

Estima-se que haja entre 4,5 milhões e 8 milhões de imigrantes ilegais na UE, empregues maioritariamente na construção civil, agricultura, limpeza, hotelaria e restauração.

EU-NATO: PE apoia criação de uma sede operacional permanente da EU

Com uma diferença de apenas três votos, o PE aprovou um relatório sobre o papel da NATO na arquitectura de segurança da UE, no qual apoia a criação de **uma sede operacional permanente da EU**, que **"deveria complementar as actuais estruturas de comando da NATO"**.

"A UE e a NATO poderiam reforçar-se mutuamente, se evitassem concorrer entre si e desenvolvessem uma cooperação mais profunda nas operações de gestão de crises", afirmam os deputados.

PE incentiva investigação no domínio das Pescas

Os eurodeputados pedem à Comissão Europeia que reveja o Sétimo Programa-Quadro de Investigação aquando da avaliação intercalar prevista para 2010, concedendo maior atenção aos problemas específicos da pesca e da aquicultura.

O PE considera que os **pólos de investigação de excelência existentes nas regiões ultraperiféricas** constituem **"observatórios privilegiados"** do meio marinho para a Europa, no âmbito da nova estratégia de investigação marinha.

Rescaldo da Sessão Plenária de 18 e 19 de Fevereiro de 2009

Abertura da sessão:

O Presidente do Parlamento Europeu condenou, durante a abertura da sessão plenária de 18 de Fevereiro, a expulsão do eurodeputado espanhol Luis Herrero (PPE/DE) da Venezuela. "*Esta situação é inaceitável*" e "*constitui uma ofensa ao nome do Parlamento Europeu*", declarou Hans-Gert Pöttering.

Luis Herrero foi expulso da Venezuela na passada sexta-feira. O eurodeputado integrava uma delegação do grupo PPE/DE, que estava no país a convite da oposição ao governo de Hugo Chávez.

Justiça e Assuntos Internos

➤ PE aprova resolução sobre voos da CIA: Referência a Portugal retirada do documento

O Parlamento Europeu aprovou, por 334 votos a favor, 247 contra e 86 abstenções, uma resolução comum sobre a alegada utilização pela CIA de países europeus para o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros. A referência a "*novas informações veiculadas pela imprensa relativamente a voos da CIA em Portugal*" e ao "*Governo Barroso*" foi rejeitada pelos eurodeputados, tendo sido totalmente apagada do texto final aprovado pelo Parlamento Europeu.

O Parlamento Europeu denuncia "*a não adopção, até ao momento, de qualquer acção por parte dos Estados-Membros e do Conselho no sentido de clarificar o programa de entregas extraordinárias*" e insta os países europeus e a Comissão a "*prestarem assistência no apuramento da verdade*".

A resolução comum, apresentada pelos grupos PSE, ALDE, Verdes/ALE e CEUE/EVN, insta os Estados-Membros, a Comissão e o Conselho a prestarem assistência no apuramento da verdade "*mediante a abertura de inquéritos ou a colaboração com os organismos competentes, a divulgação e prestação de todas as informações relevantes e garantindo a realização de um efectivo controlo parlamentar das actividades dos serviços secretos*".

"*Vários Estados-Membros da UE estiveram envolvidos ou cooperaram, activa ou passivamente, com as autoridades norte-americanas no transporte ilegal de prisioneiros, e/ou na sua detenção, pela CIA*", lê-se no documento, informação que o PE diz ter sido confirmada por "factos posteriores" à adopção, em Fevereiro de 2007, do relatório da sua Comissão Temporária sobre os voos da CIA.

"*Os Estados-Membros da UE têm uma certa quota-parte de responsabilidade política, moral e legal pelo transporte e detenção das pessoas detidas em Guantánamo e em centros de detenção secretos*", conclui o PE.

Resolução final não contém qualquer referência a Portugal

Um dos considerandos da proposta de resolução submetida à votação do plenário referia que, desde a aprovação, há dois anos, do relatório da Comissão Temporária do Parlamento Europeu sobre os voos da CIA, "*teve lugar nos Estados-Membros uma série de ocorrências*", nomeadamente "*novas informações veiculadas pela imprensa relativamente a voos da CIA em Portugal, com transporte de detidos, durante o Governo Barroso*". A primeira parte deste parágrafo foi rejeitada pela maioria dos eurodeputados, pelo que a segunda parte, que mencionava o nome de Barroso, caducou.

O documento continua a fazer referência ao Reino Unido, à Polónia, a Espanha e à Itália.

Quanto a Guantánamo, os eurodeputados exortam o Conselho "*Justiça e Assuntos Internos*" de

26 de Fevereiro a adoptar uma "posição firme sobre este assunto" e a debater a questão do encerramento do centro de detenção e da reinstalação dos detidos.

O Parlamento Europeu congratula-se com as três ordens executivas do Presidente Obama relativas ao encerramento de Guantánamo, mas afirma "*subsistirem algumas ambiguidades quanto à manutenção limitada de regimes de entrega e centros de detenção secretos*", manifestando a sua "confiança" quanto a que serão feitas "*clarificações quanto ao encerramento e proibição de todos os outros centros de detenção secretos directa ou indirectamente administrados pelas autoridades norte-americanas nos EUA ou no estrangeiro*".

Debate em plenário

Carlos Coelho (PPE/DE), que foi presidente da Comissão Temporária sobre os voos da CIA, reiterou, no debate em plenário, em 3 de Fevereiro, que "*esteve mal a Administração Bush quando cometeu estes abusos, como mal estiveram os que, pelo aplauso conivente ou pelo silêncio envergonhado, foram cúmplices*". O eurodeputado disse que é preciso "fazer luz sobre os atropelos que foram cometidos na Europa, para apurar responsabilidades e garantir que os mesmos crimes não se repetirão no futuro". "*Devemos perguntar aos Estados e às instituições europeias o que fizeram para aplicar as recomendações que este Parlamento aprovou, em Fevereiro de 2007, e que explicação avançam para não o ter feito, se for o caso*", acrescentou. "*E uma vez que o meu amigo Claudio Fava citou aqui o **Presidente Barroso**, creio que lhe é devida uma palavra de agradecimento porque, ao contrário do Conselho, que resistiu, mentiu e ocultou informação a este Parlamento, a Comissão Europeia teve um comportamento leal e prestou toda a colaboração às nossas investigações*", afirmou ainda Carlos Coelho.

"*A responsabilidade europeia por violações do Estado de direito e dos direitos humanos não pode ser apagada*", salientou **Ana Gomes** (PSE), membro daquela Comissão Temporária, referindo que "*14 Estados-Membros da UE foram coniventes com a Administração Bush*". "*O **Presidente Barroso** tem negado conhecimento da cooperação dada pelo governo que encabeçou na transferência de prisioneiros para Guantánamo e para as prisões secretas. No entanto, ninguém acredita que os militares, a Polícia, os Serviços de Informação e a Administração pública portugueses fossem tão incompetentes de modo a permitir que o espaço aéreo, marítimo e terrestre de Portugal fossem sistematicamente violados pelos EUA*", disse. A eurodeputada questionou: "*A fim de o clarificar, será que o Dr. Barroso tornará públicas as notas dos encontros mantidos entre os seus assessores diplomáticos e a Sra. Condoleezza Rice, quando era primeiro-ministro? Será que o Dr. Barroso tornará público o parecer que então pediu ao seu conselheiro jurídico Dr. Carlos Blanco de Moraes para impor regras de navegação especiais a embarcações aproximando-se de navios militares americanos transportando prisioneiros através de águas portuguesas?*".

De acordo com **Armando França** (PSE), "*Portugal e o governo socialista português não tem qualquer sentimento de culpa. O **governo socialista português** não colaborou com a Administração Bush, bem pelo contrário. Foi justamente agora, com a Administração portuguesa, com o governo português, com a iniciativa do ministro Luís Amado, que foi desencadeada a possibilidade e o dever da União Europeia e dos países democráticos de acolherem e receberem os detidos sem culpa formada em Guantánamo. Isso é que verdadeiramente é importante, isso é que deve ser salientado como um exemplo a seguir pelos restantes Estados-Membros da União Europeia*".

Pedro Guerreiro (CEUE/EVN), por escrito, disse: "*Impõe-se a exigência do fim total de tais ignóbeis práticas e o apuramento da verdade, incluindo das responsabilidades de governos de países da UE quanto à utilização do seu espaço aéreo e território para a prisão e transporte de prisioneiros ilegalmente detidos, por exemplo, para a base militar dos EUA, em Guantánamo. Tanto mais, quando é noticiado que as operações clandestinas dos EUA denominadas rendições extraordinárias, isto é, a detenção e transporte ilegal de cidadãos, não foram postas em causa pela recente Administração norte-americana*".

Pescas

➤ PE defende proibição do comércio de produtos da baleia

O Parlamento Europeu apoia a manutenção da moratória mundial à actividade baleeira comercial e a proibição do comércio internacional de produtos da baleia. Num relatório aprovado por 626 votos a favor, 12 contra e 19 abstenções, os eurodeputados defendem o fim da "*actividade baleeira científica*" e apoiam a designação de extensas zonas marinhas e oceânicas como santuários em que seja proibida toda e qualquer actividade baleeira por tempo indeterminado.

O PE insta o Conselho, a Comissão e os Estados-Membros que participam no grupo de trabalho da Comissão Baleeira Internacional (CBI) – 20 dos 27 Estados-Membros da UE são membros da CBI, incluindo Portugal – a trabalharem no sentido da obtenção de um "*acordo suficientemente amplo*" sobre a actividade baleeira.

"A trágica história da actividade baleeira comercial, combinada com as numerosas ameaças actualmente enfrentadas pelas populações baleeiras (incluindo, por exemplo, a captura accidental em operações de pesca, as colisões com embarcações, as alterações climáticas globais e a poluição sonora dos oceanos), impõe que a UE promova nos principais fóruns internacionais, de forma coordenada e coerente, a mais elevada protecção das baleias a nível mundial", declaram os eurodeputados.

Os parlamentares defendem que, antecipando as medidas a nível mundial, a Comissão Europeia deveria apresentar novas propostas para combater estas ameaças no que se refere às águas comunitárias e aos navios comunitários.

Mais Áreas Marítimas Protegidas

O PE sugere a criação, em zonas adequadas de todo o mundo, de mais Áreas Marítimas Protegidas, onde as baleias beneficiem de protecção especial, e chama também a atenção para a necessidade de utilizar artes de pesca mais selectivas, a fim de evitar capturas acessórias de outras espécies, nomeadamente de cetáceos.

Fora destas zonas protegidas, devem ser tomadas medidas para proteger as populações de cetáceos das ameaças representadas pelas alterações climáticas, pela poluição, pelas colisões ou choques com navios, pelas artes de pesca, pelo ruído ocorrido nos oceanos de origem antropogénica (incluindo os estudos no plano sísmico e o ruído provocado pelas embarcações), bem como por outros riscos.

Observação de baleias

Segundo os eurodeputados, a Comissão deveria definir um quadro regulamentar revisto para a prática do "*whale-watching*" (observação de baleias), que defenda os interesses económicos e sociais das regiões costeiras em que se pratica esta actividade (como é o caso dos Açores), tendo em conta a sua evolução recente.

Espécies ameaçadas

Praticamente uma em cada quatro espécies de cetáceos é actualmente considerada ameaçada e nove espécies fazem parte da lista de espécies em risco ou em grande risco de extinção. Continua, no entanto, a não se conhecer claramente o estado de conservação de muitas espécies e populações.

"Embora se tenha registado um certo nível de recuperação de algumas populações de baleias desde que a moratória foi instaurada", em 1986, "*outras continuam seriamente diminuídas e ameaçadas de extinção, desconhecendo-se ainda a sua capacidade de adaptação a condições ambientais em constante mutação*", lê-se no relatório.

A actual moratória aplica-se unicamente à caça comercial. Além da excepção prevista para a caça autóctone de subsistência, as investigações científicas podem ser realizadas ao abrigo de

licenças especiais emitidas pelo país que efectua a investigação. De notar também que nem todos os membros da CBI assinaram a moratória, o que explica que a caça comercial prossiga.

Além disso, "*suspeita-se que a carne das baleias abatidas para «fins científicos» seja utilizada para fins comerciais*", afirma a relatora, Elspeth **ATTWOOLL** (ALDE, UK).

O relatório assinala que a Directiva Habitats, que define a posição da UE no que diz respeito às baleias (e aos golfinhos), "*não permitiria o recomeço da actividade baleeira comercial relativamente a qualquer stock de baleias nas águas europeias*".

O PE respeita a "*necessidade de se prever uma quota de caça limitada para as populações que praticam tradicionalmente esta caça para fins de subsistência*", mas insta a que se intensifiquem os esforços de investigação sobre métodos de abate "*mais humanos*". O Parlamento solicita que esta caça só seja autorizada se respeitar "*quotas claramente estabelecidas*" e se for objecto de "*controles estritos*".

➤ **PE incentiva investigação no domínio das Pescas**

A Política Comum das Pescas (PCP) é uma das políticas comunitárias "mais dependentes da investigação científica", salienta o relatório sobre a investigação aplicada no domínio da PCP. Os eurodeputados pedem à Comissão Europeia que reveja o Sétimo Programa-Quadro de Investigação aquando da avaliação intercalar prevista para 2010, concedendo maior atenção aos problemas específicos da pesca e da aquicultura.

"Tanto as instâncias de decisão política como os operadores do sector da pesca têm uma necessidade premente de uma investigação de carácter mais prático e, dada a duração do Sétimo Programa-Quadro [2007-2013], a inclusão de objectivos a atingir é uma necessidade imperiosa", insiste o Parlamento Europeu.

Pólos de investigação nas regiões ultraperiféricas

O PE considera que os pólos de investigação de excelência existentes nas regiões ultraperiféricas constituem "*observatórios privilegiados*" do meio marinho para a Europa, no âmbito da nova estratégia de investigação marinha.

Os eurodeputados exortam a Comissão Europeia a promover a **criação de uma rede europeia estável destinada à observação e à recolha de dados do meio marinho**, com base nas infra-estruturas físicas existentes nos Estados-Membros, a qual facilitaria o intercâmbio de informações entre os operadores do sector e os organismos de investigação europeus e "*manteria a União numa posição de excelência*". Os deputados exortam a Comissão a ter especialmente em conta, nesta rede, os pólos de investigação existentes nas regiões ultraperiféricas.

Aspectos comerciais, económicos e sociais

O PE recomenda que, no domínio da investigação científica marinha, seja dada prioridade não só à investigação que visa o conhecimento do estado dos recursos haliêuticos, mas também aos aspectos ecossistémicos, comerciais, económicos e sociais, "*os quais são determinantes para a gestão das pescarias e se revestem de crucial importância*".

*"Insistimos na necessidade de aplicar, com urgência, uma política científica especificamente orientada para os recursos haliêuticos e conjugada com um esforço financeiro consistente. O apoio da União Europeia à formação e à educação no domínio do mar permitiria integrar as diferentes perspectivas – social, económica, marítima e comercial – e melhorar a percepção da Política Comum das Pescas entre a opinião pública, assim como sensibilizá-la para a necessidade da sua manutenção", afirma a relatora, Rosa **MIGUÉLEZ RAMOS** (PSE, ES).*

Conflito de interesses entre pescadores e cientistas

O PE constata um "*conflito de interesses evidente entre os pescadores e os cientistas a curto prazo*", se bem que "*os objectivos a longo prazo sejam mais compatíveis*". Segundo os eurodeputados, "*um consenso sobre a situação do mar deve constituir a base de uma política das pescas assente na sustentabilidade*", solicitando por isso à Comissão Europeia que promova uma melhor cooperação entre pescadores e cientistas.

O Parlamento pede à Comissão e aos Estados-Membros que *"ponham em evidência e deixem bem claro para os pescadores que é do seu interesse ter em conta, na avaliação dos seus eventuais prejuízos a curto prazo, os benefícios económicos que podem esperar a médio ou a longo prazo"*.

O relatório foi aprovado por 616 votos a favor, 18 contra e 24 abstenções.

Política Social

➤ Uma abordagem europeia da economia social

A economia social, constituída por cooperativas, sociedades mútuas, associações e fundações, representa 10% do conjunto das empresas europeias, ou seja, 2 milhões de empresas, ou 6% do emprego total. Segundo o Parlamento Europeu, a economia social *"dispõe de um elevado potencial para gerar e manter empregos estáveis, devido principalmente à natureza não deslocalizável das suas actividades"*.

A economia social *"combate os múltiplos desequilíbrios do mercado de trabalho"*, institui e presta serviços de assistência e de proximidade (de que são exemplo os serviços sociais, de saúde e de previdência social), para além de *"formar e manter o tecido social e económico, contribuindo para o desenvolvimento local e a coesão social"*, frisa o relatório de Patrizia **TOIA** (ALDE, IT), aprovado em plenário por 580 votos a favor, 27 contra e 44 abstenções. A economia social está, no entanto, pouco representada a nível institucional e é pouco, ou mesmo nada, reconhecida ou apoiada a nível europeu, lamenta a relatora.

Estatutos europeus para as associações, fundações e sociedades mútuas

Os eurodeputados defendem que é necessário reconhecer os estatutos europeus relativos às associações, às sociedades mútuas e às fundações, *"a fim de garantir um tratamento igual para as empresas da economia social em conformidade com as regras do mercado interno"*.

"Embora as empresas da economia social sejam muitas vezes consideradas iguais às empresas de capitais, estão à partida limitadas pela falta de instrumentos jurídicos que lhes permitam agir a nível pan-europeu, pelo que têm de fazer face a uma concorrência injusta. Os estatutos europeus permitiriam fazer face à falta de visibilidade desses tipos de empresas", afirma a relatora.

"A retirada das propostas da Comissão sobre o estatuto da mutualidade europeia e sobre o estatuto da associação europeia constitui um recuo significativo para o desenvolvimento destas formas de economia social na União Europeia", declara o Parlamento Europeu, instando a Comissão a rever o seu programa de trabalho e a lançar um estudo de impacto relativo aos estatutos da associação europeia e da sociedade mútua europeia.

Investimentos na economia social

O PE solicita à Comissão Europeia que analise a reactivação da rubrica orçamental específica para a economia social e convida-a a estudar condições que facilitem os investimentos na economia social, designadamente através de fundos de investimento, da concessão de empréstimos garantidos e sob a forma de subvenções.

Os eurodeputados sugerem que tanto a Comissão como os Estados-Membros apoiem energicamente o processo de inclusão dos actores da economia social na concertação social e no diálogo civil.

Imigração

➤ PE aprova resolução que prevê sanções contra os empregadores de imigrantes ilegais

O Parlamento Europeu aprovou a directiva que estabelece sanções contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular. Os Estados-Membros têm dois anos para transpor a directiva para a legislação nacional.

A nova directiva visa alcançar um nível mínimo de harmonização a nível europeu, exigindo aos Estados-Membros que proíbam o emprego ilegal, prevendo sanções mínimas comuns que deverão ser estabelecidas na legislação nacional e requerendo que os empregadores tomem medidas preventivas e outras medidas de controlo. Estima-se que haja entre 4,5 milhões e 8 milhões de imigrantes ilegais na UE. O emprego ilegal concentra-se especialmente na construção civil, agricultura, limpeza e hotelaria/restauração.

"A ideia é que é o empregador que deve ser punido, e não o nacional de um país terceiro ilegalmente empregado", afirma o relator do Parlamento Europeu, Claudio **FAVA** (PSE, IT).

A directiva institui uma política comum com três características principais. Em primeiro lugar, os empregadores ficam sujeitos a novas **obrigações administrativas** que têm de preencher antes do recrutamento de quaisquer nacionais de países terceiros. O incumprimento dessas obrigações levará a uma série de medidas punitivas, sanções financeiras e **sanções penais**, nos casos mais graves. Em segundo lugar, o **processo de tratamento das queixas será harmonizado**, e, em terceiro lugar, cada Estado-Membro deverá levar a cabo **inspecções "eficazes e adequadas"** a fim de controlar o emprego de imigrantes ilegais.

Apresentação de queixas pelos empregados ilegalmente

Os Estados-Membros devem assegurar a existência de mecanismos eficazes para que os nacionais de países terceiros empregados ilegalmente possam apresentar queixa contra os respectivos empregadores, directamente ou através de terceiros, como sindicatos ou outras associações.

Cada país pode definir na respectiva legislação nacional as condições de acordo com as quais pode conceder caso a caso **autorizações de residência de duração limitada** aos imigrantes ilegais em causa.

Exclusão de subsídios públicos

Entre as medidas para sancionar os empregadores de imigrantes ilegais, a directiva prevê a exclusão do direito a (alguns ou todos) benefícios, auxílios ou subsídios públicos, incluindo financiamentos da UE geridos pelos Estados-Membros, por um período até cinco anos, a exclusão da participação em contratos públicos pelo mesmo período ou ainda o encerramento temporário ou permanente dos estabelecimentos que tenham sido utilizados para cometer a infracção, ou retirada temporária ou permanente de uma licença para o exercício das actividades comerciais em questão, se justificado face à gravidade da situação.

Sanções penais

A directiva obriga os Estados-Membros a preverem sanções penais contra os empregadores na respectiva legislação nacional para as infracções graves, tais como reincidência, emprego ilícito de um número significativo de nacionais de países terceiros, condições de trabalho particularmente abusivas, conhecimento por parte do empregador de que o trabalhador é vítima de tráfico de seres humanos e emprego ilícito de menores.

Pagamentos em atraso a efectuar pelos empregadores

O empregador terá de pagar aos nacionais dos países terceiros qualquer salário em dívida pelo trabalho realizado e quaisquer impostos e contribuições para a segurança social pendentes. Terá igualmente de pagar, se for esse o caso, quaisquer custos resultantes do envio do salário em

dívida para o país ao qual regressou ou para o qual foi repatriado o nacional do país terceiro empregado ilicitamente.

Os procedimentos necessários para reclamar o pagamento das remunerações deverão ser desencadeados automaticamente sem que o nacional do país terceiro tenha de apresentar uma queixa.

Subcontratação

Sempre que o empregador seja um subcontratante, o contratante principal e qualquer subcontratante intermédio, se estes tiverem conhecimento de que o empregador subcontratante empregou imigrantes ilegais, poderão ser considerados responsáveis, solidariamente ou em lugar do empregador, pelos pagamentos devidos.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Carlos **COELHO** (PPE/DE): *"Temos vindo a aprovar neste plenário várias iniciativas no sentido de criarmos uma política coerente e integrada em termos de imigração. Esta política comum deverá, por um lado, implicar a abertura de canais legais de imigração e integração desses imigrantes nas sociedades de acolhimento e, nesse sentido, aprovámos, há dois meses atrás, a directiva relativa ao cartão azul e a directiva relativa ao procedimento único de concessão de uma autorização única de residência e de trabalho.*

Paralelamente, temos de lutar eficazmente contra a imigração ilegal, bem como todas as formas de criminalidade que lhe estão associadas. Esta iniciativa procura combater os factores de atracção da imigração ilegal para o espaço europeu e pôr fim a situações de exploração de trabalhadores ilegais. É importante que os que tentam entrar no espaço europeu a qualquer custo, por vezes com o custo da própria vida, compreendam que só existe uma via possível que é a imigração legal, com todos os direitos e possibilidades que lhe são inerentes. Estima-se que se encontrem entre 5 e 8 milhões de imigrantes em situação irregular na União Europeia: grande parte encontra-se a fazer trabalho pouco qualificado, bastante mal pago e, por vezes, em situações de profunda exploração. Felicito o relator Claudio Fava e, de forma especial, a minha colega Edit Bauer pelo trabalho realizado e pelo compromisso obtido. É a marca do trabalho de rigor e de qualidade a que ambos nos têm habituado.

Concordo, assim, com o combate ao trabalho ilegal em toda a União Europeia. Com esta directiva pretende-se assegurar que todos os Estados-Membros possam introduzir sanções similares para os empregadores de imigrantes clandestinos e as cumpram de forma eficaz. Poderão ser impostos três tipos de sanções: financeiras, administrativas e criminais, de acordo com a gravidade da situação. Passa igualmente a ser exigida aos empregadores que tomem medidas preventivas e procedam a controlos de verificação da regularidade da situação desses indivíduos, de forma a evitar que empreguem trabalhadores em situação irregular na União".

Maria Assunção **ESTEVES** (PPE/DE): *"O relatório Fava é um momento de progresso e humanização nas leis da imigração. Ele deixa-nos um conforto moral que devíamos a nós mesmos desde a directiva do retorno. A proibição geral do emprego de imigrantes ilegais não está só a evitar um estado de ilegalidade endémica em matéria de imigração. Está, sobretudo, a evitar o potencial de exploração e aproveitamento da miséria humana que, em geral, vai ligada a esta espécie de emprego.*

A primeira nota fundamental do relatório Fava está em que ele nega a perspectiva da imigração ilegal que assenta numa fácil, mas inadmissível condenação do imigrante e contrapõe uma resposta sistémica que co-responsabiliza o Estado e o empregador. É que até hoje, o maior falhanço das políticas de imigração tem sido a ausência de uma resposta justa para a condição dramática do imigrante irregular. A vertigem penal a cair sobre o imigrante, o seu estatuto de culpado em vez de vítima.

A segunda nota fundamental do relatório é que ele traz ao espaço público europeu uma ética de responsabilidade partilhada entre o Estado e as empresas. O dever de supervisão prévia do empregador, de controlar a residência do trabalhador, tem o valor de uma competência atribuída aos privados que o republicanismo europeu muito pouco tem experimentado. Uma competência que aplaudimos, porque a defesa da legalidade e da ética pública não cabe apenas ao Estado,

mas a todos. O relatório entra, por isso, nas fronteiras de um método político novo que outros relatórios deverão seguir.

A terceira nota, porventura a mais fundamental, é esta extraordinária abstracção que separa o dever de pagamento das remunerações do problema da legalidade da residência. Constitui ela um simples ditado da moral universal que diz que a Humanidade pré-existe às regras do sistema jurídico e se sobrepõe a elas. Parabéns, por isso, ao Senhor Fava".

Relações Externas

➤ Mediterrâneo: UE deve assumir papel de liderança na resolução dos conflitos na região

No relatório sobre a União para o Mediterrâneo – que integra os 27 países da UE e parceiros da região mediterrânica, como Israel e a Autoridade Palestiniana –, o Parlamento Europeu frisa que a UE deve assumir um papel de liderança na resolução dos conflitos na região. **"O recente recrudescimento do conflito israelo-palestiniano afecta o diálogo político da Parceria Euro-Mediterrânica e pode pôr em risco a consecução de diferentes objectivos que persegue a nova instituição"**, avisa o PE.

"A persistente ausência de uma solução para as graves tensões políticas relativamente ao Saara Ocidental não contribui para relançar a Parceria Euro-Mediterrânica", salienta também o relatório aprovado em plenário por 521 votos a favor, 44 contra e 13 abstenções.

A paz e a estabilidade política na zona mediterrânica são decisivas para a segurança colectiva e individual muito para além das suas margens, acrescenta.

Segundo os eurodeputados, este objectivo só pode ser alcançado através de uma solução "negociada e completa" dos conflitos na região. O PE expressa a sua preocupação com o recrudescimento do conflito israelo-palestiniano *"que já afectou o diálogo político entre os países associados da Parceria Euro-Mediterrânica"*, avisando que é *"importante evitar mais atrasos nesta fase inicial da União para o Mediterrâneo"* e *acelerar a cooperação "o mais rapidamente possível"*.

O PE solicita que o Secretariado da União para o Mediterrâneo comece a funcionar *"com carácter de urgência"* e expressa o desejo de que a consolidação das relações euro-mediterrânicas dê um novo impulso ao desenvolvimento de um espaço de paz e prosperidade, insistindo na necessidade de manter formalmente a cooperação em matéria de luta contra o terrorismo internacional, o tráfico da droga, o crime organizado e tráfico de pessoas.

Os eurodeputados congratulam-se com o facto de a Declaração de Marselha (adoptada pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da União para o Mediterrâneo em Novembro de 2008) instar as partes interessadas a esforçar-se por realizar um processo gradual de **desmilitarização e desarmamento do Médio Oriente**, tendo por objectivo, em particular, criar uma zona livre de armas nucleares e de armas de destruição de massa.

A União para o Mediterrâneo reúne os 27 países da União Europeia e Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Mauritânia, Síria, Tunísia, Turquia, Albânia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro, Mónaco e Autoridade Palestiniana.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Jamila **MADEIRA** (PSE): *"Catorze anos após Barcelona e cinco anos após a primeira Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica, temos a União para o Mediterrâneo, com poder económico, com poder parlamentar, com sociedade civil, com os Chefes de Governo a decidir em conjunto. Todos com vontade de fazer mais e melhor num território onde 720 milhões de cidadãos representam um potencial de desenvolvimento e de paz para o mundo. Cingi-los apenas ao lado económico e empresarial é um erro claro. Dar resposta às crises de crescimento exige naturalmente resposta política, mas dar resposta às crises humanitárias, a situações de emergência e a crises militares, como a que se viveu no fim de 2008, princípio de 2009, é crucial."*

Os políticos e os cidadãos têm que dar respostas aos problemas do mundo. O mundo pediu-lhes respostas e meses depois continuamos ainda, cidadãos e políticos, designadamente numa

plataforma como a União para o Mediterrâneo, a tardar a reagir. Espero que, no mínimo, este momento tenha servido para aprender e avançar, pois só aprende quem erra, mas avançar na aglitação da reacção é absolutamente crucial".

Miguel PORTAS (CEUE/EVN): *"A Comissária Ferrero-Waldner sintetizou na sua intervenção os objectivos da nova União. Na verdade, esta União nasceu durante a Presidência francesa sob o signo dos equívocos. Primeiro equívoco: removeu da sua agenda os conflitos da região, em particular o israelo-palestiniano e do Saara Ocidental. Segundo equívoco: quer afirmar-se através da partilha de projectos económicos e ambientais, sem questionar o contexto de livre comércio em que decorrem. Terceiro equívoco: insinua a possibilidade de transferir para esta União o pedido de adesão da Turquia à União Europeia.*

O relatório da colega Pasqualina não enfrenta o primeiro equívoco, e esse é o seu limite. Nenhuma integração económica e regional verá a luz do dia se a política não tiver a coragem de abordar os conflitos existentes e de o fazer na base do direito internacional. Em contrapartida, o relatório contém recomendações claras sobre o segundo e o terceiro dos equívocos, e essas vão todas na boa direcção.

A União para o Mediterrâneo não pode ser a sala de espera ou a porta dos fundos para a Turquia, desde que esta cumpra os critérios de adesão, e a União para o Mediterrâneo não pode ser um adicional da estratégia europeia de comércio livre amputado de políticas de integração no plano social.

As recomendações do relatório são importantes – uma União com dimensão cidadã e representativa que envolva a Liga Árabe; projectos regionais com dimensão social; alargamento dos projectos a domínios essenciais para a vida das pessoas: água, agricultura, educação. Há ainda regras claras nos acordos-programas e um banco Euro-Mediterrânico.

A União nasceu equívoca, mas ela aí está. Apoio este relatório porque acredito que esta União acabará por ser o que conseguirmos fazer dela. Dou-lhe o benefício da vontade".

Luís QUEIRÓ (PPE/DE): *"Uma larga parte das questões com maior importância política para a Europa passa pela Bacia do Mediterrâneo. A iniciativa União para o Mediterrâneo é, pois, merecedora do nosso apoio, na medida em que pode dar um novo impulso a um processo que é necessário e útil, mas que não tem tido nem o sucesso nem a visibilidade necessários. A questão que se coloca é a de saber como é que podemos prosseguir esta estratégia. O modelo seguido em Barcelona não teve os resultados esperados. Poderá esta nova parceria resultar?"*

O relatório da nossa colega Napoletano vai ao encontro desta percepção. Mas desejamos que a União não venha a sofrer do mesmo mal que tem afectado o Processo de Barcelona: aparentemente muitos projectos, muitas áreas de intervenção, mas uma deficiente hierarquização das prioridades. Relegar para o 26.º parágrafo do relatório a compreensão social e cultural entre os povos das duas margens, deixar o tema da democratização e promoção dos direitos humanos para o parágrafo 27.º e os fluxos migratórios para o 28.º, depois de muito se falar sobre outros sectores e outros temas, é dar um sinal errado do que são, ou devem ser, as prioridades desta parceria.

Importa ter uma estratégia clara. Em nossa opinião essa estratégia deve passar por oferecer mais benefícios, mais cooperação aos nossos vizinhos, mas também por pedir-lhes mais resultados nos planos económico, social e democrático e concentrar-nos em sectores bem definidos, porventura em menor número, para evitar que todas as áreas sejam igualmente prioritárias, correndo o risco de que nenhuma o seja afinal. E, claro, fazendo-o com o suporte e o enquadramento financeiro adequados. O reconhecimento da necessidade de um banco de investimento para o Mediterrâneo tem finalmente de ter uma resposta favorável. É preciso ser ambicioso, o que significa fazer bem o que está ao nosso alcance.

Por último, uma palavra sobre o conflito no Médio Oriente. Este processo, não sendo uma alternativa às negociações de paz, pode e deve ser um contributo para o melhor entendimento, a interdependência e o respeito mútuo entre os beligerantes. Estes são factores essenciais – todos bem o sabemos – para a pacificação da região".

Ilda FIGUEIREDO (CEUE/EVN), relatora de parecer da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades: *"No parecer da Comissão dos Direitos da Mulher salientou-se a*

necessidade de dar maior atenção, por parte de todos os Estados-Membros, à ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, bem como de todos os outros instrumentos da ONU e da Organização Internacional do Trabalho no domínio dos direitos humanos. E também foi dada atenção à situação das mulheres, lamentando que a comunicação da Comissão não lhe tenha dado uma especial atenção, designadamente na dimensão «projectos», onde deve incluir a promoção da coesão geográfica, económica e social e deve ter sempre em conta a questão da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e a perspectiva do género.

Por último, queria só sublinhar ainda a preocupação com a pobreza e a exclusão social, que atinge fundamentalmente as mulheres. Deixo aqui uma última palavra para os casos graves da Palestina e do Saara Ocidental, onde as mulheres e as crianças são as principais vítimas da guerra, da exploração, enfim, de todo o processo de discriminação que atinge estes povos e que atinge, fundamentalmente, as mulheres e as crianças".

➤ **Faixa de Gaza: PE apela a aumento imediato da ajuda humanitária e a estimativa dos danos causados**

O Parlamento Europeu insta a que se proceda a uma *"estimativa circunstanciada dos danos causados na Faixa de Gaza"* e a uma *"avaliação aprofundada das necessidades da população"*, que possam servir de base aos planos de reconstrução. Numa resolução aprovada em plenário no dia 18 de Fevereiro, o PE apela a um aumento imediato e sem entraves de ajuda humanitária à Faixa de Gaza, ajuda essa que *"constitui um dever moral"* e que deve ser prestada *"incondicionalmente e sem restrições"*.

A resolução, aprovada por 488 votos a favor, 5 contra e 19 abstenções, realça que *"o apoio financeiro da União Europeia à população palestina não deveria ser comprometido por destruições contínuas, que reduzem o apoio da opinião pública europeia aos projectos de reconstrução"*.

Os eurodeputados exortam as autoridades israelitas a autorizarem a organização de um *"fluxo permanente e adequado de ajuda humanitária"*, que inclua todo o material necessário à UNRWA e às outras agências internacionais e das Nações Unidas, por forma a que estas possam cumprir a sua missão de molde a satisfazer as necessidades da população.

O PE recorda que, em consonância com os compromissos da comunidade internacional e da UE, *"a ajuda deveria incluir pagamentos em numerário destinados a pagar salários, pensões e subsídios às pessoas e famílias mais vulneráveis"*.

Na perspectiva da Conferência Internacional de apoio à economia palestina para a reconstrução de Gaza, que terá lugar em Sharm El Sheikh, em 2 de Março, *"toda e qualquer política sustentada de reconstrução e desenvolvimento na Faixa de Gaza requer um cessar-fogo duradouro, apoiado pelo relançamento de sérias negociações de paz entre israelitas e palestinos, a par de um processo de reconciliação nacional entre os palestinos"*, sublinha o PE.

Debate em plenário

"Gaza tem de se tornar viável" em termos materiais e humanos, declarou Javier **SOLANA** durante a sua intervenção em plenário. Mas para isso *"é preciso confiança recíproca. 2009 será um ano decisivo para o Médio Oriente"*, disse o Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum. *"Chegou a altura de nos centrarmos na resolução do conflito"* para *"terminar esta espiral de violência"*.

Solana espera que o novo primeiro-ministro de Israel seja um *"interlocutor sólido nas negociações de paz"* e disse que *"um governo na Palestina que apoie a solução de dois Estados e que tenha um plano de reconstrução"* merecerá o apoio da União Europeia. A UE tem de *"falar a sério"* para que mude a situação dos colonatos e para que o processo de paz conduza a uma reconciliação *"entre árabes e israelitas"* em toda a região.

Benita **FERRERO-WALDNER**, Comissária europeia responsável pelas Relações Externas, reiterou que a UE tem de *"reforçar a sua mensagem a Israel de que defende a solução de dois*

Estados". "O fracasso não é uma opção, é preciso avançar no processo de paz" com a "aproximação de todos os interlocutores", acrescentou.

Intervenção dos grupos políticos

Joseph **DAUL** (PPE/DE, FR) sublinhou a importância da assistência e da ajuda humanitária da UE a Gaza. "Não é agora que vamos calar-nos", disse, insistindo na abertura dos postos de controlo e na preparação da fase de reconstrução.

Martin **SCHULZ** (PSE, DE) reiterou que "não existe uma solução militar" no Médio Oriente, "a violência semeia a violência", daí que "o ponto decisivo seja o diálogo". Mas "este é difícil de realizar numa situação de insegurança" como a que se vive na região. "Será que o Hezbollah se vai deixar integrar?", questionou. "É que muito vai ser decidido com o que se passar no Irão", adiantou.

"Relembramos as velhas frases, mas elas perderam o seu impacto", disse Graham **WATSON** (ALDE, UK). Segundo o eurodeputado, "necessitamos de uma nova abordagem", de preferência "com os Estados Unidos, mas mesmo sem eles, se isso não for possível". "O isolamento só leva ao desespero, chegou o momento da democracia", acrescentou. E lamentou: "Tony Blair ainda nem se deslocou a Gaza...".

Brian **CROWLEY** (UEN, IE) declarou que "a UE tem a responsabilidade de dar resposta" aos acontecimentos em Gaza, tendo em conta que "não se trata de uma negociação entre iguais", que "a cobertura mediática não é imparcial" e que é a mesma população (civis inocentes, mulheres e crianças) que continua a sofrer.

Jill **EVANS** (Verdes/ALE, UK) destacou que é necessário reconstruir casas, alimentar as pessoas, abrir os pontos de passagem, permitir a entrada da ajuda humanitária e pôr fim ao bloqueio à Faixa de Gaza.

Francis **WURTZ** (CEUE/EVN, FR) lembrou que o plano de paz da Liga Árabe data de 2002. "O que fez a UE nestes últimos sete anos?", questionou o eurodeputado, "que pressão" está disposta a UE a fazer sobre Israel para aceitar a paz? "A parceria privilegiada com a UE tem um preço", avisou. "Enquanto europeu, não gostaria que a esperança do Médio Oriente ficasse só nas mãos da Casa Branca, a UE deve ter um papel importante a desempenhar", concluiu.

Kathy **SINNOTT** (IND/DEM, IE), falando em nome pessoal, e não do seu grupo, disse que, nesta resolução, "os europeus dão-se mutuamente uma palmadinha nas costas pela ajuda humanitária" a Gaza. "É preciso ajudar, mas temos de recordar que podem ter sido cometidos crimes de guerra", disse, criticando a UE pelo facto de não impor sanções comerciais a Israel.

Nas palavras de Jean-Marie **LE PEN** (NI, FR) "uns bombardeiam, outros pagam a reconstrução". O eurodeputado considerou os líderes dos partidos israelitas Avigdor Lieberman e Binyamin Netanyahu como "oponentes" da paz, criticou a expansão dos colonatos judaicos e questionou se israelitas e palestinianos "alguma vez se entenderão".

Segurança e Defesa

➤ **EU-NATO: PE apoia a criação de uma sede operacional permanente da UE**

O Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre o papel da NATO na arquitectura de segurança da UE, no qual apoia a criação de uma sede operacional permanente da UE, que "deveria complementar as actuais estruturas de comando da NATO". "A UE e a NATO poderiam reforçar-se mutuamente, se evitassem concorrer entre si e desenvolvessem uma cooperação mais profunda nas operações de gestão de crises", afirmam os deputados.

A menos de dois meses da cimeira em Estrasburgo e Kehl por ocasião do 60.º aniversário da NATO, o Parlamento Europeu declara que "a única forma lógica de organizar a futura defesa colectiva da UE deve ser, sempre que possível, organizada em cooperação com a NATO", acrescentando que "os Estados Unidos e a União Europeia precisam de intensificar a sua relação bilateral e alargá-la a questões relativas à paz e à segurança". O Parlamento insta os EUA a

demonstrarem "*maior disponibilidade*" para consultarem os seus aliados europeus sobre estas questões.

Evitar confusão quando a UE e a NATO intervenham simultaneamente

O PE apoia a proposta do Governo francês no sentido do estabelecimento de um contacto sistemático entre os Secretários-Gerais da NATO e do Conselho da UE, "*em especial, para evitar qualquer confusão nos casos em que a UE e a NATO intervenham simultaneamente em missões diferentes, mas com um objectivo comum e no mesmo teatro de operações*", como sucede no Kosovo e no Afeganistão.

Uma decisão sobre qual das organizações deve implantar as suas forças armadas "*deverá basear-se na vontade política expressa por ambas, nas necessidades operacionais, na legitimidade política no terreno e na respectiva capacidade para garantir a paz e a estabilidade*".

Sede operacional da EU

O Parlamento Europeu defende que a UE deve desenvolver as suas próprias capacidades de segurança e defesa – "*as quais irão permitir uma melhor distribuição dos encargos com os aliados não europeus e uma resposta adequada aos desafios e às ameaças de segurança que apenas dizem respeito aos Estados-Membros da União*" – e apoia a criação de uma sede operacional permanente da UE, sob a autoridade do Vice-Presidente da Comissão/Alto Representante, cujo mandato seja, em parte, o de planear e conduzir as operações militares da Política Europeia de Segurança e Defesa.

Segundo os deputados, "*uma sede operacional da UE deveria complementar as actuais estruturas de comando da NATO e não fragilizaria a integridade transatlântica*" desta organização (alteração 2).

"*Enquanto a sede da NATO se ocupa sobretudo do planeamento militar, o enfoque da UE recai primeiramente nas operações civis e operações conjuntas de forças civis e militares. A UE é o único actor global em condições de levar a bom termo operações deste âmbito*", salienta o relator, Ari VATANEN (PPE/DE, FR).

O PE propõe que, com o acordo da NATO, "*cada Estado-Membro da UE que seja membro da NATO demarque as forças que apenas possam ser destacadas para operações da UE*", a fim de impedir que esse destacamento seja bloqueado por membros da NATO que não integrem a União.

A questão da Turquia e de Chipre

"*É essencial resolver o problema da compatibilidade entre não ser membro da UE e ser membro da NATO, ou de não ser membro da NATO e ser membro da UE, para que esta situação não prejudique o funcionamento da cooperação UE-NATO*", afirmam os eurodeputados.

O PE lamenta, em particular, o facto de a disputa entre a Turquia e Chipre continuar a ser "*tão nefasta*" para o desenvolvimento da cooperação UE-NATO, atendendo a que, "*por um lado, a Turquia se recusa a permitir que Chipre participe em missões da PESD que envolvam informações e recursos da NATO e, por outro lado, Chipre se recusa a permitir que a Turquia participe no desenvolvimento global da PESD a um nível correspondente ao peso militar e à importância estratégica desse país para a Europa e para a aliança transatlântica*" (alteração 15).

Os eurodeputados instam os países membros da NATO a coibirem-se de fazer uso do seu veto para impedir que Estados-Membros da UE se tornem membros da NATO, exortando a Turquia a não continuar a impedir a cooperação entre a UE e aquela organização.

O PE congratula-se com o facto de, na cimeira da NATO que se realizou em Bucareste, a Aliança manifestar a sua abertura em relação a um futuro alargamento. No entanto, por razões que se prendem com os interesses da segurança europeia, "*opor-se-á a um alargamento da organização que inclua qualquer país onde a adesão não conte com o apoio da população, ou que tenha graves conflitos territoriais ainda por resolver com países seus vizinhos*".

Rússia

Segundo os eurodeputados, "os acordos de segurança bilaterais recentemente propostos pela Rússia poderão pôr em causa a integridade da arquitectura de segurança da UE", podendo de igual modo "comprometer a relação entre a UE e os EUA".

A UE e a NATO devem manter um diálogo "realista e franco" com a Rússia, inclusive em matéria de segurança regional, energia, defesa antimísseis, não proliferação de armas de destruição maciça, limitação das forças armadas e política espacial, direitos humanos e Estado de direito. "Se e quando a Rússia se tornar numa democracia genuína, o aprofundamento da cooperação entre este país e a UE poderá atingir níveis nunca antes alcançados, incluindo a perspectiva de a Rússia vir a integrar todas as estruturas euro-atlânticas", acrescenta o PE (alteração 17).

O relatório foi aprovado em plenário por 293 votos a favor, 283 contra e 60 abstenções.

94% da população da UE é composta por cidadãos de países que fazem parte da NATO e 21 dos 27 Estados-Membros da UE são aliados da NATO (apenas Chipre, Irlanda, Suécia, Finlândia, Malta e Áustria não pertencem a esta organização).

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Pedro **GUERREIRO** (CEUE/EVN): "*Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do Homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.*

Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, de domínio, de exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

Refiro o consagrado no artigo 7.º da Constituição da República Portuguesa para realçar o quão longe e em profunda contradição está a União Europeia com estes princípios – a União Europeia que se assume como pilar europeu da NATO, em parceria com os EUA, para melhor promover a militarização das relações internacionais, a corrida aos armamentos, a ingerência e a agressão, visando assegurar o domínio e a partilha de mercados e recursos naturais pelas grandes potências".

Ana **GOMES** (PSE): "*Agradeço aos relatores Ari Vatanen e von Wogau o seu trabalho e esforço de consenso, em especial no difícil tema das doutrinas nucleares que é urgente que a União Europeia e a NATO revejam, num tempo em que o Presidente Obama ressuscita o objectivo de libertar o mundo de armas nucleares e dois submarinos nucleares europeus quase provocam uma catástrofe.*

Os relatórios Vatanen e von Wogau apontam a necessidade de uma União Europeia política, estratégia e operacionalmente autónoma, através de uma PESC ambiciosa. Precisamos dos instrumentos institucionais, financeiros e operacionais para concretizar estes objectivos. Por isso exigimos estreita colaboração entre a NATO e a UE, baseada no respeito pela autonomia política de cada uma das organizações, que são complementares. Por isso exigimos a criação de um Quartel-General permanente da UE, em Bruxelas, capaz de planear e conduzir autonomamente operações militares da PESC. Por isso exigimos que os Estados-Membros da União intensifiquem esforços para gastar melhor, de forma mais eficiente e mais europeia, os orçamentos nacionais da defesa que, isoladamente, pouco podem.

A mensagem deste Parlamento é inequívoca e serve de aviso: sem a Europa da defesa, a defesa na Europa fica posta em causa. Em causa poderão ficar as nossas indústrias de defesa. Em causa poderão ficar as capacidades de que a Europa precisa para exercer a responsabilidade de proteger populações civis e evitar massacres e genocídios. Em causa poderá ficar a Europa como actor global na gestão de crises. A extensão da integração política europeia à segurança e à defesa, como prevista no Tratado de Lisboa, é urgente e precisa de ser acelerada. Não é só no interesse da União Europeia mas também no da NATO, já que ambas as organizações colherão os frutos de uma Europa mais bem equipada para lidar com os crescentes desafios à segurança dos europeus e à segurança global".

Nota:

Os textos são da responsabilidade do GEPSD e feitos com base na informação do Serviço de Imprensa português do Parlamento Europeu.